BTCU

Deliberações dos Colegiados
do TCU e dos Relatores

Boletim do Tribunal de Contas da União

Diário Eletrônico

Ano 6 | nº 209 | Segunda-feira, 20/11/2023

Pautas	1
Plenário	1
Despachos de autoridades	32
Ministro Augusto Nardes	32
Ministro-Substituto Marcos Bemquerer	40
Editais	41
Secretaria de Apoio à Gestão de Processos	41

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Boletim do Tribunal de Contas da União
Regulamentado pelo art. 98 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992,
e pelos §§ 3º a 5º do art. 295 do Regimento Interno do TCU

<http://www.tcu.gov.br>

btcu@tcu.gov.br

SAFS Lote 1 Anexo I sala 424 - CEP:70042-900 - Brasília - DF
Fones: 3527-7279/3527-7869/3527-2484/3527-5249

Presidente

BRUNO DANTAS

Vice-Presidente

VITAL DO RÊGO FILHO

Ministros

WALTON ALENCAR RODRIGUES
BENJAMIN ZYMLER
JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
AROLD DO CEDRAZ DE OLIVEIRA
JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
ANTONIO AUGUSTO JUNHO ANASTASIA
JHONATAN DE JESUS

Ministros-Substitutos

AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI
MARCOS BEMQUERER COSTA
WEDER DE OLIVEIRA

Ministério Público junto ao TCU

Procuradora-Geral

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA

Subprocuradores-Gerais

LUCAS ROCHA FURTADO
PAULO SOARES BUGARIN

Procuradores

MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO
JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA
SERGIO RICARDO COSTA CARIBÉ
RODRIGO MEDEIROS DE LIMA

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Secretário-Geral

MARCIO ANDRÉ SANTOS DE ALBUQUERQUE
segedam@tcu.gov.br

Boletim do Tribunal de Contas da União de deliberações dos colegiados do TCU e relatores - v. 1, n. 1, 2018. - Brasília: TCU, 2018- .

Diário.

1. Controle externo - periódico. 2. Ato normativo - periódico. 3. Controle externo - edital. I. Brasil. Tribunal de Contas da União (TCU).

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Ministro Ruben Rosa

PAUTAS**PLENÁRIO****PAUTA DO PLENÁRIO**
Sessão Ordinária de 22/11/2023, às 14h30

A presente pauta pode, a critério dos relatores, sofrer alterações, a fim de que sejam excluídos ou incluídos processos (art. 141, § 14, do RITCU). Para visualizar a versão mais recente da pauta acesse <https://portal.tcu.gov.br/sessoes>.

As transmissões das sessões colegiadas são disponibilizadas em diversas plataformas na internet, cujos links encontram-se no portal do Tribunal (<https://portal.tcu.gov.br/sessoes/>). Eventual indisponibilidade de um dos serviços de transmissão não invalidará ou suspenderá o curso das sessões.

As sustentações orais deverão ser realizadas exclusivamente de forma presencial, nos termos da Resolução nº 335, de 25/3/2022, e do art. 168 do Regimento Interno.

PROCESSOS RELACIONADOS**Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES**

- 003.571/2023-8 - Natureza:** ACORDO DE LENIÊNCIA
Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
Representação legal: não há.
- 004.589/2010-6 - Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Recorrente: Hospfár Indústria e Comercio de Produtos Hospitalares S.A.
Unidade jurisdicionada: Secretaria de Estado da Saúde de Goiás.
Responsáveis: Antônio Durval de Oliveira Borges; Cairo Alberto de Freitas; Hospfár Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares S.A.
Representação legal: Tiago Pontes Queiroz (OAB-PE 23.719); Marcos Roberto Barbosa.
- 004.821/2022-0 - Natureza:** MONITORAMENTO
Unidade jurisdicionada: Tribunal de Contas da União.
Representação legal: não há.
- 005.103/2023-1 - Natureza:** MONITORAMENTO
Unidade jurisdicionada: Caixa Econômica Federal.
Representação legal: não há.

- 006.988/2022-9 -** **Natureza:** DENÚNCIA
Unidade jurisdicionada: Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.
Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
Representação Legal: Daniel Gustavo Santos Roque (OAB-SP 31.195); Thiago Machado Araújo (OAB-RJ 221.819).
- 009.526/2021-8 -** **Natureza:** MONITORAMENTO
Unidade jurisdicionada: Município de Cajari/MA.
Responsável: Constancio Alessanco Coelho de Souza.
Representação legal: não há.
- 014.348/2022-5 -** **Natureza:** DENÚNCIA
Unidade jurisdicionada: Município de São Carlos/SP; Secretaria-executiva do Ministério da Saúde.
Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
Representação legal: não há.
- 017.775/2014-0 -** **Natureza:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Recorrente: Alya Construtora S/A.
Unidade jurisdicionada: Município de Ibataguara/AL.
Responsáveis: Alya Construtora S/A; Eudócia Maria Holanda de Araujo Caldas; Francisco de Sousa Ferraz; Jayme Adolfo de Oliveira Carneiro; Marnes Costa Machado Gomes.
Representação Legal: Izany Maria Cavalcanti de Oliveira Nepomuceno (OAB-PB 6.931), Henrique Correia Vasconcellos (OAB-AL 8.004) e outros, representando Eudócia Maria Holanda de Araujo Caldas; Patrícia Guercio Teixeira Delage (OAB-MG 90.459), Vítor Magno de Oliveira Pires (OAB-MG 108.997) e outros, representando Alya Construtora S/a; José de Barros Lima Neto (OAB-AL 7.274), representando Jayme Adolfo de Oliveira Carneiro; Bruno Zeferino do Carmo Teixeira (OAB-AL 7.617), representando Marnes Costa Machado Gomes; Andrea de Albuquerque Calheiros (OAB-AL 8.270), representando Francisco de Sousa Ferraz.
- 022.593/2020-9 -** **Natureza:** MONITORAMENTO
Unidade jurisdicionada: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
Representação legal: não há.
- 032.482/2023-0 -** **Natureza:** DENÚNCIA
Unidade jurisdicionada: Superintendência da Zona Franca de Manaus.
Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
Representação legal: não há.
- 033.003/2023-8 -** **Natureza:** DENÚNCIA
Unidade jurisdicionada: Superintendência da Zona Franca de Manaus.
Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
Representação legal: não há.

044.584/2021-0 - Natureza: MONITORAMENTO
Unidade jurisdicionada: Ministério da Economia (extinto); Secretaria de Gestão e Inovação; Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital (extinto).
Representação legal: não há.

Ministro BENJAMIN ZYMLER

005.927/2022-6 - Natureza: REPRESENTAÇÃO.
Representante: Erlane Alves Oliveira.
Unidade jurisdicionada: Município de Araripina/PE; Município de Curaçá/BA.
Interessados: Parallaxi Tecnologia da Informação Ltda.
Representação legal: Nadielson Barbosa da Franca (OAB-BA 26.489), Andre Monori Modena (OAB-DF 47.921), Julia Monori Silva (OAB-DF 59.862), Idelvania Pereira dos Santos (OAB-DF 54.238), Fernando Santos Fialho (OAB-RJ 217.817) e outros, representando Raimundo Alves de Lira Silva; Silvana Rodrigues Paixão (OAB-BA 48.112), representando Município de Curaçá/BA; Erlane Alves Oliveira (OAB-PE 55.935), representando Francisco Edivaldo Alves Pereira; Gustavo Paulo Miranda de Albuquerque Filho (OAB-PE 42.868) e Paulo Roberto Fernandes Pinto Junior (OAB-PE 29.754), representando Município de Araripina/PE; Elza Cavalcante Rodrigues (OAB-BA 18.200), representando Parallaxi Tecnologia da Informação Ltda.

007.755/2019-8 - Natureza: REPRESENTAÇÃO.
Representante: Tribunal de Contas da União.
Unidade jurisdicionada: Ministério da Saúde.
Representação legal: não há.

013.215/2022-1 - Natureza: MONITORAMENTO.
Unidade jurisdicionada: Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde.
Interessado: Secretaria de Atenção Primária à Saúde (extinto).
Representação legal: não há.

013.642/2015-4 - Natureza: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL.
Recorrente: Sara Maria Francisca Medeiros Cabral.
Unidade jurisdicionada: Município de Bayeux/PB.
Responsáveis: Sara Maria Francisca Medeiros Cabral; Severino Ramos Guedes.
Representação legal: Carlos Antonio Vieira Fernandes Filho (OAB-DF 34.472), Alexandre Vieira de Queiroz (OAB-DF 18.976) e outros, representando Município de Bayeux/PB; Frederico Rodrigues Viana de Lima e Francisco Eduardo Falconi de Andrade, representando Severino Ramos Guedes; Lincoln Mendes Lima (OAB-PB 14.309), representando Sara Maria Francisca Medeiros Cabral.

016.585/2021-6 - Natureza: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Unidade jurisdicionada: Petróleo Brasileiro S.A.
Responsável: Worleyparsons Engenharia Ltda.
Representação legal: José Augusto Dias de Castro (OAB-RS 59.337), representando Worleyparsons Engenharia Ltda.

- 017.376/2016-5 -** **Natureza:** RELATÓRIO DE AUDITORIA
Unidade jurisdicionada: Fundação Oswaldo Cruz.
Responsável: Carioca Christiani Nielsen Engenharia S.A.
Representação legal: Jorge André Ferreira de Moraes (OAB-RJ 148.800), representando Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos; Eduardo Marcelo de Lima Sales (OAB-RJ 64.141), representando Fundação Oswaldo Cruz.
- 020.936/2023-0 -** **Natureza:** MONITORAMENTO.
Unidade jurisdicionada: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Departamento Nacional.
Representação legal: não há.
- 021.744/2023-8 -** **Natureza:** MONITORAMENTO
Unidade jurisdicionada: Advocacia-geral da União; Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico; Agência Nacional de Aviação Civil; Agência Nacional de Energia Elétrica; Agência Nacional de Mineração; Agência Nacional de Saúde Suplementar; Agência Nacional de Telecomunicações; Agência Nacional de Transportes Aquaviários; Agência Nacional de Transportes Terrestres; Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Agência Nacional do Cinema; Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis; Associação dos Servidores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Assinep; Banco Central do Brasil; Banco Central do Brasil - Regional Rio de Janeiro; Banco do Nordeste do Brasil S.a - Bnb; Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica; Câmara dos Deputados; Casa da Moeda do Brasil; Centro de Controle Interno da Aeronáutica; Centro de Controle Interno da Marinha; Centro de Controle Interno do Exército; Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca; Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais; Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.a; Colégio Pedro II; Comando da Aeronáutica; Comando da Marinha; Comando do Exército; Comissão de Valores Mobiliários; Comissão Nacional de Energia Nuclear; Companhia Brasileira de Trens Urbanos; Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba; Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo; Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais; Companhia Docas do Espírito Santo; Companhia Nacional de Abastecimento; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Santa Catarina; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de São Paulo; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul; Conselho Federal de Administração; Conselho Federal de Contabilidade; Conselho Federal de Educação Física; Conselho Federal de Enfermagem; Conselho Federal de Engenharia e Agronomia; Conselho Federal de Farmácia; Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; Conselho Federal de Medicina; Conselho Federal dos Técnicos Industriais; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; Conselho Nacional de Justiça; Conselho Regional de Biologia - 1ª Região (sp,mt,ms); Conselho Regional de Biologia - 4ª Região (mg, Df,go, To); Conselho Regional de Biologia-df/4a Região (excluída); Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal; Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Bahia; Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Espírito Santo; Conselho Regional de Contabilidade do Estado

do Pará; Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Paraná; Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro; Conselho Regional de Corretores de Imóveis 2ª Região (sp); Conselho Regional de Corretores de Imóveis 3ª Região (rs); Conselho Regional de Corretores de Imóveis 4ª Região (mg); Conselho Regional de Corretores de Imóveis 6ª Região (pr); Conselho Regional de Enfermagem de Alagoas; Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais; Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo; Conselho Regional de Enfermagem de Sergipe; Conselho Regional de Enfermagem do Mato Grosso; Conselho Regional de Enfermagem do Mato Grosso do Sul; Conselho Regional de Enfermagem do Piauí; Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Norte; Conselho Regional de Farmácia do Estado de Alagoas; Conselho Regional de Farmácia do Estado de Mato Grosso; Conselho Regional de Farmácia do Estado do Mato Grosso do Sul; Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso; Conselho Regional de Medicina do Estado de Roraima; Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo; Conselho Regional de Medicina do Estado de Sergipe; Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro; Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Goiás; Conselho Regional de Nutricionista 6ª Região (al, Ce, Ma, Pb, Pe, PI e Rn); Conselho Regional de Nutricionistas 1ª Região (df, Go, MT e To); Conselho Regional de Nutricionistas 3ª Região (sp e Ms); Conselho Regional de Odontologia da Bahia; Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais; Conselho Regional de Odontologia de São Paulo; Conselho Regional de Odontologia do Paraná; Conselho Regional de Odontologia do Rio Grande do Sul; Conselho Regional de Química Ix Região (pr); Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado de Minas Gerais; Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado de Sergipe; Controladoria-geral da União; Defensoria Pública da União; Departamento de Polícia Federal; Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Departamento Nacional de Obras Contra As Secas; Departamento Nacional de Produção Mineral; Empresa Brasil de Comunicação S.a.; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares; Empresa de Pesquisa Energética; Empresa de Planejamento e Logística S.a.; Fundação Alexandre de Gusmão; Fundação Biblioteca Nacional; Fundação Casa de Rui Barbosa; Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; Fundação Cultural Palmares; Fundacao de Apoio A Universidade do Rio de Janeiro - Unirio - Furj; Fundação Escola Nacional de Administração Pública; Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fundação Joaquim Nabuco; Fundação Nacional de Artes; Fundação Nacional de Saúde; Fundação Nacional dos Povos Indígenas; Fundação Osório; Fundação Oswaldo Cruz; Fundação Universidade de Brasília; Fundação Universidade do Amazonas; Fundação Universidade Federal da Grande Dourados; Fundação Universidade Federal de Mato Grosso; Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Fundação Universidade Federal de Ouro Preto; Fundação Universidade Federal de Rondônia; Fundação Universidade Federal de São Carlos; Fundação Universidade Federal de São João Del Rei; Fundação Universidade Federal de Uberlândia; Fundação Universidade Federal de Viçosa; Fundação Universidade Federal do Abc; Fundação Universidade Federal do Acre; Fundação Universidade Federal do Amapá; Fundação Universidade Federal do Maranhão; Fundação Universidade Federal do

Pampa; Fundação Universidade Federal do Piauí; Fundação Universidade Federal do Tocantins; Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco; Fundo Constitucional do Distrito Federal; Fundo de Amparo Ao Trabalhador; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Fundo Nacional de Segurança Pública; Fundo Nacional do Idoso; Fundo Nacional Para A Criança e O Adolescente - PR; Fundo Penitenciário Nacional; Furnas Centrais Elétricas S.a.; Gabinetes da Câmara dos Deputados; Indústria de Material Bélico do Brasil; Instituto Brasileiro de Museus; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano; Instituto Federal de Mato Grosso do Sul - Ifms; Instituto Nacional da Propriedade Industrial; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia; Instituto Nacional de Tecnologia da Informação; Instituto Nacional do Seguro Social; Justiça do Trabalho (vinculador); Justiça Eleitoral (vinculador); Justiça Federal (vinculador); Justiça Militar (vinculador); Ministério da Agricultura e Pecuária; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Ministério da Cultura; Ministério da Defesa; Ministério da Educação; Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; Ministério da Justiça e Segurança Pública;

Ministério da Saúde; Ministério das Comunicações; Ministério das Relações Exteriores; Ministério de Minas e Energia; Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Ministério do Planejamento e Orçamento; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; Ministério dos Transportes; Ministério Público da União; Ministério Público Federal; Presidência da República; Senado Federal; Serviço Federal de Processamento de Dados; Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial Senac - Senac 24 de Maio; Superintendência da Zona Franca de Manaus; Superintendência de Seguros Privados; Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste; Superior Tribunal de Justiça; Supremo Tribunal Federal; Tribunal de Contas da União; Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios; Tribunal Regional do Trabalho - 12ª Região - Trt 12ª; Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/rj; Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/df e TO; Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/am e RR; Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/sc; Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/pb; Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/ac e RO; Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/sp; Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região/ma; Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/es; Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/go; Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região/al; Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/sp; Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região/se; Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região/m; Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região/pi; Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região/mt; Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/ms; Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/mg; Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/rs; Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/ba; Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/pe; Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região/ce; Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/pa e AP; Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região; Tribunal Regional Eleitoral da Bahia; Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba; Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas; Tribunal Regional Eleitoral de Goiás; Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais; Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco; Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia; Tribunal Regional Eleitoral de Roraima; Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina; Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo; Tribunal Regional Eleitoral do Acre; Tribunal Regional Eleitoral do Amapá; Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas; Tribunal Regional Eleitoral do Ceará; Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal; Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo; Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão; Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso; Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul; Tribunal Regional Eleitoral do Pará; Tribunal Regional Eleitoral do Paraná; Tribunal Regional Eleitoral do Piauí; Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro; Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte; Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul; Tribunal Regional Eleitoral do Sergipe; Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins; Tribunal Regional Federal da 1ª Região; Tribunal Regional Federal da 2ª Região; Tribunal Regional Federal da 3ª Região; Tribunal Regional Federal da 4ª Região; Tribunal Regional Federal da 5ª Região; Tribunal Regional Federal da 6ª Região; Universidade Federal da Fronteira Sul; Universidade Federal da Paraíba; Universidade Federal de Alagoas; Universidade Federal de Alfenas; Universidade Federal de Campina Grande; Universidade Federal de Catalão; Universidade Federal de Goiás; Universidade Federal de Itajubá;

Universidade Federal de Jataí; Universidade Federal de Juiz de Fora; Universidade Federal de Lavras; Universidade Federal de Minas Gerais; Universidade Federal de Pernambuco; Universidade Federal de Roraima; Universidade Federal de Santa Catarina; Universidade Federal de Santa Maria; Universidade Federal de São Paulo; Universidade Federal do Agreste de Pernambuco; Universidade Federal do Cariri; Universidade Federal do Ceará; Universidade Federal do Espírito Santo; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Universidade Federal do Oeste da Bahia; Universidade Federal do Oeste do Pará; Universidade Federal do Pará; Universidade Federal do Paraná; Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; Universidade Federal do Rio de Janeiro; Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Universidade Federal do Sul da Bahia; Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará; Universidade Federal do Triângulo Mineiro; Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri; Universidade Federal Fluminense; Universidade Federal Rural da Amazônia; Universidade Federal Rural de Pernambuco; Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Universidade Federal Rural do Semiárido; Universidade Tecnológica Federal do Paraná; Valec Engenharia Construcoes e Ferrovias S/a.

Interessados: Tribunal de Contas do Estado de Alagoas; Tribunal de Contas do Estado de Goiás; Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; Tribunal de Contas do Estado de Roraima; Tribunal de Contas do Estado de Sergipe; Tribunal de Contas do Estado do Amazonas; Tribunal de Contas do Estado do Ceará; Tribunal de Contas do Estado do Maranhão; Tribunal de Contas do Estado do Pará; Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro; Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Representação legal: não há.

032.225/2023-7 -

Natureza: REPRESENTAÇÃO

Representante: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União.

Unidade jurisdicionada: Ministério da Defesa.

Representação legal: não há.

032.899/2023-8 -

Natureza: REPRESENTAÇÃO.

Representante: Qualimed Brasil Ltda.

Unidade jurisdicionada: Caixa Econômica Federal - Centralizadora Nacional Contratações.

Representação legal: Gabriel Maciel Fontes (OAB-PE 29.921).

036.394/2023-8 -

Natureza: DENÚNCIA

Unidade jurisdicionada: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

Representação legal: Rudi Meira Cassel (OAB-DF 22.256).

037.122/2023-1 -

Natureza: REPRESENTAÇÃO

Representante: Fernando Symcha de Araújo Marçal Vieira.

Unidade jurisdicionada: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE - Departamento Regional Sudeste.

Representação legal: não há.

- 037.478/2023-0 - Natureza:** REPRESENTAÇÃO
Representante: CBL Empreendimentos Ltda.
Unidade jurisdicionada: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Centro Nacional de Alimentos e Territórios.
Representação legal: Joaquim Brandão Correia (OAB-PE 22.879), representando CBL Empreendimentos Ltda.
- 037.548/2023-9 - Natureza:** REPRESENTAÇÃO
Representante: Araúna Serviços Especializados Ltda.
Unidade Jurisdicionada: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe.
Representação legal: Cristiane Costa (OAB-RO 2.515), representando Araúna Serviços Especializados Ltda.
- 037.551/2023-0 - Natureza:** REPRESENTAÇÃO
Representante: Brfibra Telecomunicacoes Ltda.
Unidade jurisdicionada: Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos - Ect - Superintendência Estadual de Operações São Paulo Metropolitana.
Representação legal: Marcos Antonio da Silva, representando Brfibra Telecomunicacoes Ltda.
- 037.644/2023-8 - Natureza:** REPRESENTAÇÃO
Representante: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União.
Unidade jurisdicionada: Ministério da Fazenda.
Representação legal: não há.

Ministro AUGUSTO NARDES

- 017.824/2020-6 - Natureza:** MONITORAMENTO
Unidade Jurisdicionada: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
Representação legal: não há.
- 028.566/2022-0 - Natureza:** REPRESENTAÇÃO
Representante: Ministério Público da União.
Unidade Jurisdicionada: Petrobras Biocombustível S/A; Petróleo Brasileiro S/A.
Representação legal: Paola Allak da Silva (OAB-RJ 142389), entre outros, representando a Petróleo Brasileiro S/A.
- 033.837/2023-6 - Natureza:** MONITORAMENTO
Unidade Jurisdicionada: Comando da 10ª Região Militar.
Representação legal: não há.

Ministro AROLDO CEDRAZ

- 005.296/2023-4 - Natureza:** MONITORAMENTO
Unidade jurisdicionada: Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional.
Representação legal: não há.

- 005.370/2019-1 -** **Natureza:** ACOMPANHAMENTO
Unidade jurisdicionada: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba; Ministério do Desenvolvimento Regional (extinto).
Representação legal: não há.
- 006.318/2022-3 -** **Natureza:** REPRESENTAÇÃO
Representante: Tribunal de Contas da União.
Unidade jurisdicionada: Caixa Econômica Federal.
Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
Representação legal: Damião Alves de Azevedo (OAB-DF 22.069), representando Caixa Econômica Federal.
- 012.439/2021-5 -** **Natureza:** DESESTATIZAÇÃO
Unidade jurisdicionada: Agência Nacional de Transportes Aquaviários; Ministério da Infraestrutura (extinto); Ministério de Portos e Aeroportos.
Representação legal: não há.
- 018.158/2016-1 -** **Natureza:** ADMINISTRATIVO
Interessado: Tribunal de Contas da União.
- 033.335/2023-0 -** **Natureza:** REPRESENTAÇÃO
Representante: Rm Solucoes & Tecnologicas Ltda.
Unidade jurisdicionada: Município de Belo Jardim/PE.
Representação legal: Ramon Alan Richard de Faria Martinez, representando Rm Solucoes & Tecnologicas Ltda.

Ministro VITAL DO RÊGO

- 030.599/2020-2 -** **Natureza:** MONITORAMENTO
Unidade jurisdicionada: Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev; Serviço Federal de Processamento de Dados.
Representação legal: não há.
- 033.101/2023-0 -** **Natureza:** DENÚNCIA
Unidade jurisdicionada: Tribunal Superior do Trabalho.
Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).
Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).
Representação legal: não há.
- 033.718/2023-7 -** **Natureza:** REPRESENTAÇÃO
Representante: Gustavo Moretto Guimarães de Oliveira.
Unidade jurisdicionada: Justiça Federal - Seção Judiciária/SP - TRF-3.
Representação legal: não há.
- 036.721/2023-9 -** **Natureza:** REPRESENTAÇÃO
Representante: Agil Empresa de Vigilância Ltda.
Unidade jurisdicionada: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
Representação legal: não há.

036.811/2023-8 - Natureza: REPRESENTAÇÃO
Representante: Sanigran Ltda.
Unidade jurisdicionada: 5º Batalhão de Engenharia de Construção.
Representação legal: não há.

Ministro JORGE OLIVEIRA

021.921/2023-7 - Natureza: DENÚNCIA
Unidade jurisdicionada: 21ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal/RO
Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
Representação legal: Thiago Fernando de Souza (OAB-PR 67.129).

Ministro JHONATAN DE JESUS

032.896/2023-9 - Natureza: REPRESENTAÇÃO
Representante: Metalúrgica Perpetuo Socorro Ltda
Unidade jurisdicionada: Município de Itararé/SP.
Representação legal: Nathalia Cristina Machado (OAB-GO 32.591), representando Metalúrgica Perpetuo Socorro Ltda.

036.165/2021-2 - Natureza: MONITORAMENTO
Unidade jurisdicionada: Secretaria de Atenção Especializada À Saúde.
Representação legal: não há.

037.760/2023-8 - Natureza: REPRESENTAÇÃO
Representante: Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União.
Unidade jurisdicionada: Ministério da Fazenda.
Representação legal: não há.

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA, em substituição ao Ministro ANTONIO ANASTASIA

027.712/2006-8 - Natureza: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
Responsáveis: Construtora Sucesso S/A; José Orlando Sá de Araújo; José Ribamar Tavares; Raymundo Tarcísio Delgado.
Representação legal: Pablo Malheiros da Cunha Frota (OAB-DF 20.643), Karina Clouz Ferreira dos Santos (OAB-DF 12.644-E) e outros, representando Construtora Sucesso S/A; André Guimarães Cantarino (OAB-MG 116.021), Andrey Vargas do Nascimento (OAB-DF 13.152E) e outros, representando José Orlando Sá de Araújo.

037.076/2023-0 - Natureza: REPRESENTAÇÃO
Representante: Aurora Terminais e Serviços Ltda.
Unidade jurisdicionada: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil - 9ª Região Fiscal.
Representação legal: Alexandre Aroeira Salles (OAB-MG 71.947) e Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB-DF 27.154), representando Aurora Terminais e Servicos Ltda.

037.549/2023-5 - **Natureza:** REPRESENTAÇÃO
Representante: Fernando Symcha de Araújo Marcal Vieira.
Unidade jurisdicionada: Parque Regional de Manutenção da 6ª Região Militar.
Representação legal: não há.

040.631/2018-4 - **Natureza:** ACOMPANHAMENTO
Unidade jurisdicionada: Petrobras Distribuidora S.A.
Representação legal: José Guilherme Fontes de Azevedo Costa (OAB-RJ 126.729), Andre Luiz Miranda Cavalcante (OAB-RJ 198.005) e outros, representando Petrobras Distribuidora S.A.

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

036.684/2019-8 - **Natureza:** MONITORAMENTO
Unidade jurisdicionada: Ministério da Cultura.
Responsáveis: Mario Luis Frias; Sergio Henrique Sa Leitão Filho.
Representação legal: Vanessa Affonso Rocha (OAB-DF 39.069), representando Ministério do Turismo.

037.550/2023-3 - **Natureza:** REPRESENTAÇÃO
Representante: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.
Unidade jurisdicionada: Conselho Regional de Enfermagem de Sergipe.
Representação legal: Noely Fernanda Rodrigues (OAB-SP 424.662), representando Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

028.785/2022-3 - **Natureza:** MONITORAMENTO
Unidade jurisdicionada: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil; Conselho Federal de Administração; Conselho Federal de Biblioteconomia; Conselho Federal de Biologia; Conselho Federal de Biomedicina; Conselho Federal de Contabilidade; Conselho Federal de Corretores de Imóveis; Conselho Federal de Economia; Conselho Federal de Economistas Domésticos; Conselho Federal de Educação Física; Conselho Federal de Enfermagem; Conselho Federal de Engenharia e Agronomia; Conselho Federal de Estatística; Conselho Federal de Farmácia; Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; Conselho Federal de Fonoaudiologia; Conselho Federal de Medicina; Conselho Federal de Medicina Veterinária; Conselho Federal de Museologia; Conselho Federal de Nutricionistas; Conselho Federal de Odontologia; Conselho Federal de Psicologia; Conselho Federal de Química; Conselho Federal de Relações Públicas; Conselho Federal de Representantes Comerciais; Conselho Federal de Serviço Social; Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas; Conselho Federal dos Técnicos Industriais; Conselho Nacional de Técnicos Em Radiologia.
Representação legal: não há.

PROCESSOS UNITÁRIOS

SUSTENTAÇÃO ORAL

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

014.254/2022-0 - Pedido de reexame interposto contra acórdão que apreciou acompanhamento relativo à concessão da prestação de serviço público de transmissão de energia elétrica.

Unidade jurisdicionada: Agência Nacional de Energia Elétrica; Empresa de Pesquisa Energética; Ministério de Minas e Energia; Operador Nacional do Sistema Elétrico.

Representação legal: Gustavo Assis de Oliveira (OAB-DF 18.489), Caio Vinicius Lins Azuirson (OAB-SP 461.097), Ian Coutinho Mac Dowell de Figueiredo (OAB-PE 19.595), Victor Aguiar Jardim de Amorim (OAB-GO 35.961), Feliciano Lyra Moura (OAB-PE 21714), Felipe Varela Caon (OAB-SP 407.087), Aristoteles de Queiroz Camara (OAB-PE 19.464), Eduardo Montenegro Serur (OAB-SP 319.933), Joao Loyo de Meira Lins (OAB-SP 319.936) e outros, representando Cteep - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista; Zanon de Paula Barros (OAB-RJ 18.329), Paulo Guilherme de Mendonça Lopes (OAB-SP 98.709) e outros, representando Alupar Investimento S.A.; Daniel Gustavo Santos Roque (OAB-SP 311.195), representando Agência Nacional de Energia Elétrica.

Interesse em sustentação oral:

- **Gustavo Assis de Oliveira (OAB/DF nº 18.489)**, em nome de CTEEP - COMPANHIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA

- **Eduardo Esteveao Ferreira Ramalho (OAB/DF nº 24.463)**, em nome de AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

1º Revisor: Ministro Benjamin Zymler (30/08/2023)

2º Revisor: Ministro Jhonatan de Jesus (30/08/2023)

025.878/2021-2 - Recursos de reconsideração contra acórdão que julgou irregulares as contas das recorrentes, com condenação em débito, multa e inabilitação, em tomada de contas especial instaurada mediante conversão de representação sobre irregularidades em aquisições emergenciais de equipamentos de proteção individual e insumos, por dispensa de licitação, para enfrentamento da pandemia de Covid-19.

Unidade jurisdicionada: Município de Porto Velho/RO.

Representação legal: Wilson Marcelo Minini de Castro (OAB-RO 4.769); Juacy dos Santos Loura Junior (OAB-RO 656-A) e Gladstone Nogueira Frota Junior (OAB-RO 9.951); Bruno Valverde Chahaira (OAB-RO 9.600).

Interesse em sustentação oral:

- **Arthur Gabriel Marcon Vasques (OAB/MS nº 25.200)**, em nome de ELIANA PASINI

028.835/2016-6 - Representação acerca de possíveis irregularidades nos reajustes da tarifa básica de contrato de concessão da rodovia BR-040/RJ/MG. Análise de razões de justificativa.

Representante: Ministério Público Federal.

Unidade jurisdicionada: Agência Nacional de Transportes Terrestres

Representação legal: Paulo Sergio Bezerra dos Santos, Débora Goelzer Fraga e outros; Guilherme de Araujo Pinho Costa, Fernando Henrique Fontes dos Reis (OAB-DF 57.513) e outros.

Interesse em sustentação oral:

- **Milton Carvalho Gomes**, em nome de VIVIANE ESSE, ÉRICO REIS GUZEN e NATÁLIA MARCASSA DE SOUZA

Ministro BENJAMIN ZYMLER

021.345/2016-3 - Recurso de revisão contra acórdão que julgou irregulares as contas do recorrente, com condenação em débito e multa, em tomada de contas especial instaurada em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos repassados por meio de convênio que teve como objeto a "execução de sistema de abastecimento de água potável no bairro do Açai".

Recorrente: Antonio Roberto Rodrigues Goes da Silva.

Unidade jurisdicionada: Município de Macapá/AP.

Responsáveis: Antonio Roberto Rodrigues Goes da Silva; Joao Henrique Rodrigues Pimentel; Valcon Construção e Comércio Ltda.

Representação legal: Glaucia Costa Oliveira (OAB-AP 1.364), representando Antonio Roberto Rodrigues Goes da Silva.

Interesse em sustentação oral:

- **Glaucia Costa Oliveira (OAB/AP nº 1.364)**, em nome de ANTONIO ROBERTO RODRIGUES GOES DA SILVA

Ministro VITAL DO RÊGO

033.165/2014-9 - Pedidos de reexame contra acórdão que aplicou multa aos recorrentes, em processo de representação autuado para apurar indícios de irregularidades na execução de seis convênios destinados à qualificação de profissionais para atendimento ao público da Copa do Mundo de 2014, entre outros objetos.

Representante: Tribunal de Contas da União.

Recorrentes: Alberto Naoyoshi Ohnuki Junior; Valeria Daleffi Scheide; Francisca Regina Magalhaes Cavalcante.

Unidade jurisdicionada: Governo do Estado de São Paulo e Ministérios do Turismo, do Trabalho e Emprego, do Esporte, da Ciência, Tecnologia e Inovação e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Representação legal: Vera Elisete Vera Livero (OAB-SP 139.009), Romildo Andrade de Souza Junior (OAB-SP 146.539); Luiz Henrique Coke (OAB-SP 165.271) e Evelise de Moraes Salero (OAB-SP 138.869).

Interesse em sustentação oral:

- **Vera Elisete Vera Livero (OAB/SP nº 139.009)**, em nome de VALERIA DALEFFI SCHEIDE e ALBERTO NAOYOSHI OHNUKI JUNIOR

Ministro ANTONIO ANASTASIA**036.450/2020-0 -**

Representação acerca de indícios de irregularidades no pagamento cumulativo realizado por órgãos do Poder Judiciário, em benefício de oficiais de justiça ativos, inativos e respectivos pensionistas, da Gratificação de Atividade Externa juntamente com a parcela de quintos/décimos de função, transformado em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificável.

Representante: Tribunal de Contas da União.

Unidade jurisdicional: Superior Tribunal Militar; Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ; Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO; Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR; Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC; Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB; Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP; Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES; Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO; Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP; Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região/RN; Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região/MT; Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG; Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS; Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE; Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região/CE; Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP; Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região; Tribunal Regional Federal da 1ª Região; Tribunal Regional Federal da 2ª Região; Tribunal Regional Federal da 3ª Região; Tribunal Regional Federal da 4ª Região; Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Interessado: Associação dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais No Estado de São Paulo; Federação Nacional de Associações de Oficiais de Justiça Avaliadores Federais; Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União.

Representação legal: Yasmim Yogo Ferreira (OAB-DF 44.864) e Paulo Francisco Soares Freire (OAB-DF 50.755), representando Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União; Jean Paulo Ruzzarin (OAB-DF 21.006), Rudi Meira Cassel (OAB-DF 22.256) e outros, representando Federação Nacional de Associações de Oficiais de Justiça Avaliadores Federais; Raquel de Souza Moraes Oliveira (OAB-DF 61.248), Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB-DF 6.546) e outros, representando Associação dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais No Estado de São Paulo.

Interesse em sustentação oral:

- **Rudi Meira Cassel (OAB/DF nº 22.256)**, em nome de ASSOCIACAO NACIONAL DOS OFICIAIS DE JUSTICA AVALIADORES FEDERAIS

- **Raimundo Cezar Britto Aragao (OAB/DF nº 32.147)**, em nome de FEDERACAO NACIONAL DOS

TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO
FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA
UNIAO

- **Raquel de Souza Morais Oliveira**
(OAB/DF nº 61.248), em nome de
ASSOCIAÇÃO DOS OFICIAIS DE
JUSTIÇA AVALIADORES FEDERAIS
NO ESTADO DE SÃO PAULO

Revisor: **Ministro Benjamin Zymler (07/06/2023)**

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

005.260/2022-1 - Representação sobre a possível interferência indevida de agentes privados em prol do direcionamento de transferências voluntárias do Ministério da Educação e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Representante: Deputados Federais Ubirajara do Pindaré Almeida Sousa, Denis Anderson da Rocha Bezerra, Vilson Luiz da Silva, Milton Coelho da Silva Neto, Ricardo Augusto Machado da Silva, Rafael Huete da Motta, Marcelo Ribeiro Freixo, João Batista Conti, Lidice da Mata e Souza, Tábata Cláudia Amaral de Pontes, Danilo Jorge de Barros Cabral, Aliel Machado Bark, e Alessandro Lucciola Molon.

Unidade jurisdicionada: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Ministério da Educação.

Representação legal: Laura Guedes de Souza (OAB-DF 48.769); Daniel Gustavo Santos Roque (OAB-SP 311.195).

Revisor: **Ministro Jhonatan de Jesus (12/07/2023)**

Ministro AROLDO CEDRAZ

000.048/2023-2 - Acompanhamento de desestatização, por meio de prorrogação de contrato de arrendamento e expansão de área, referente a terminal, no porto de Aratu/BA, para movimentação e armazenagem de granéis líquidos.

Unidade jurisdicionada: Agência Nacional de Transportes Aquaviários; Ministério da Infraestrutura (extinto); Ministério de Portos e Aeroportos.

Representação legal: não há.

Revisor: **Ministro Walton Alencar Rodrigues (05/07/2023)**

Ministro JORGE OLIVEIRA

010.758/2018-6 - Recurso de reconsideração interposto contra acórdão que julgou irregulares as contas da recorrente, imputando-lhe débito e aplicando-lhe multa, no âmbito de tomada de contas especial instaurada em razão do descumprimento de determinações emitidas para elidir superfaturamento identificado em obras de duplicação da rodovia BR-230/PA no trecho de travessia urbana de Marabá/PA.

Recorrente: Cmt Engenharia Eireli.

Unidade jurisdicionada: Município de Marabá/PA.

Representação legal: Rafael Ferracina (OAB-DF 35.893), representando Cmt Engenharia Eireli.

Revisor: **Ministro Benjamin Zymler (20/09/2023)**

Ministro JHONATAN DE JESUS**012.197/2019-0 -**

Recursos de reconsideração contra acórdão que julgou irregulares as contas dos recorrentes, com condenações em débito e multa, em tomada de contas especial instaurada para apurar prejuízos ocorridos no âmbito de contrato para prestação de serviços de construção e montagem industrial em plataformas do Ativo Centro da Unidade de Exploração e Produção da Bacia de Campos.

Recorrentes: Carlos Eugenio Melro Silva da Resurreição; José Antônio de Figueiredo; UTC Engenharia S. A.

Unidade jurisdicionada: Petróleo Brasileiro S.A.

Representação legal: Paola Allak da Silva (OAB-RJ 142.389), Geórgia Valverde Leão Romeiro (OAB-BA 18.578) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.; Thiago de Oliveira (OAB-RJ 122.683), Mauricio da Silva Santos (OAB-DF 59.548) e outros, representando José Antônio de Figueiredo; Stela Gabrielle Guilherme (OAB-SP 379.281), Sergio Rabello Tamm Renault (OAB-SP 66.823) e outros, representando UTC Engenharia S.A.; Thiago de Oliveira (OAB-RJ 122.683), Mauricio da Silva Santos (OAB-DF 59.548) e outros, representando Carlos Eugenio Melro Silva da Resurreição.

Revisor: Ministro-Substituto Weder de Oliveira (30/08/2023)

REABERTURA DE DISCUSSÃO**Ministro BENJAMIN ZYMLER****026.840/2016-2 -**

Tomada de contas especial instaurada em razão de superfaturamento apurado em contrato celebrado para a construção de Tubovias de Interligações da Refinaria Abreu e Lima (Rnest). Análise de alegações de defesa, razões de justificativa e outros elementos de defesa.

Unidade jurisdicionada: Petróleo Brasileiro S.A.

Responsáveis: Consórcio CII - Consórcio Ipojuca Interligações; Construtora Queiroz Galvão S.A; IESA Óleo & Gás S.A; Valdir Lima Carreiro; Ildelfonso Colares Filho; José Sérgio Gabrielli de Azevedo; Paulo Roberto Costa; Pedro José Barusco Filho; Renato de Souza Duque; Venina Velosa da Fonseca.

Representação legal: Antônio José Dias Ribeiro da Rocha Frota (OAB-SP 345.213), Ubiratan Mattos (OAB-SP 50.468), João Carlos Ribeiro Areosa (OAB-RJ 152.026 e OAB-SP 323.492-A), representando Venina Velosa da Fonseca; Guilherme Augusto Ferreira Fregapani (OAB-DF 34.406), representando José Sérgio Gabrielli de Azevedo; Luis Felipe Vasconcelos de Melo Cavalcanti (OAB-PE 42.884), representando Construtora Queiroz Galvão S.A.; Hélio Siqueira Júnior (OAB-RJ 62.929) e Antônio Carneiro Maia Neto (OAB-RJ 138.278), representando Petróleo Brasileiro S.A.; Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB-DF 27.154), Alexandre Aroeira Salles (OAB-DF 28.108), Igor Fellipe Araújo de Sousa (OAB-DF 41.605), representando Valdir Lima Carreiro, Consorcio CII - Consorcio Ipojuca Interligações, IESA Óleo & Gás S.A., Construtora Queiroz Galvão S. A.; Eduardo Stênio Silva Sousa (OAB-DF 20.327), representando espólio de Ildelfonso Colares Filho; Daniele de Oliveira Nunes (OAB-RJ 165.787), representando Renato de Souza Duque; João Mestieri (OAB-RJ 13.645), representando Paulo Roberto Costa.

Revisor: Ministro Jhonatan de Jesus (02/08/2023)

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

- 000.888/2023-0 -** Auditoria integrada realizada no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único ou CadÚnico).
Unidade jurisdicionada: Ministério da Cidadania (extinto); Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate À Fome.
Representação legal: não há.
- 007.103/2007-7 -** Embargos de declaração contra acórdão que negou provimento a pedido de reexame contra deliberação que expediu determinações e recomendações em processo de levantamento de auditoria realizado, no âmbito do Fiscobras 2007, na contratação de obras e serviços de construção das plataformas petrolíferas semissubmersíveis P-51 e P-52, entre outros, todas destinadas à extração de petróleo na Bacia de Campos/RJ.
Unidade jurisdicionada: Petróleo Brasileiro S/A, Petrobras Netherlands B/V.
Interessados/Responsáveis/Recorrentes: Petróleo Brasileiro S/A, Petrobras Netherlands B/V, Jurong Shipyard Pte Ltd. e FSTP Brasil Limitada.
Representação legal: Carlos Roberto de Siqueira Castro (OAB-DF 20.015); Márcio Monteiro Reis (OAB-RJ 93.815), Angela Burgos Moreira Garcia (OAB-DF 20.598); Polyanna Ferreira Silva Vilanova (OAB-DF 19.273); Hélio Siqueira Júnior (OAB-RJ 62.929); Fernanda Maria Garcia Leite da Cruz (OAB-RJ 140.611); Felipe Lima Araújo Romero (OAB-RJ 215.001); Camila Mendes Vianna Cardoso (OAB-RJ 67.677); Paula Roberta Caetano Lopes Rodrigues (OAB-RJ 141.121); José Guilherme Berman (OAB-RJ 119.454); Paola Allak da Silva (OAB-RJ 142.389); Rafael Zimmermann Santana (OAB-RJ 154.238) e outros.

008.941/2001-7 -

Prestação de contas relativa ao exercício de 2000.

Unidade jurisdicionada: Petróleo Brasileiro S.A.

Interessados/Responsáveis: Petróleo Brasileiro S.A., Albano de Souza Gonçalves; Antônio Luiz Silva de Menezes; Augusto de Almeida Lyra; Carlos Affonso de Aguiar Teixeira; Delcídio do Amaral Gomez; Henri Philippe Reichstul; Jaime Rotstein; Jorge Marques de Toledo Camargo; José Coutinho Barbosa; Marcos Antônio Silva Menezes; Marítima Petróleo e Engenharia Ltda; Pedro Pullen Parente; Rodolpho Tourinho Neto; Ronnie Vaz Moreira; Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena.

Representação legal: Hélio Siqueira Júnior (OAB-RJ 62.929), Tude Jose Cavalcante Brum de Oliveira (OAB-RJ 119.500) e outros; Cristiana Muraro Fracari (OAB OAB-RJ 164.957); Marianna Matos de Resende Guimaraes (OAB-MS 20.992) e Delso Silva Neves (OAB-MG 100.962); Marina Novetti Velloso (OAB-DF 54.705), Amanda Barros Seabra Pereira (OAB-DF 55.903) e outros; Thiago de Oliveira (OAB-RJ 122.683), Thales Nogueira Baldan Cabral dos Santos (OAB-RJ 172.864), Luiz Gustavo Branco (OAB-RJ 208.756), Marina de Araújo Lopes (OAB-DF 43.327) e outros; Thiago de Oliveira (OAB-RJ 122.683), Thales Nogueira Baldan Cabral dos Santos (OAB-RJ 172.864), Luiz Gustavo Branco (OAB-RJ 208.756), Marina de Araújo Lopes (OAB-DF 43.327) e outros; Thiago de Oliveira (OAB-RJ 122.683), Thales Nogueira Baldan Cabral dos Santos (OAB-RJ 172.864), Luiz Gustavo Branco (OAB-RJ 208.756), Marina de Araújo Lopes (OAB-DF 43.327) e outros.

015.147/2021-5 -

Embargos de declaração contra acórdão que ordenou a constituição de processos de tomada de contas especiais para apurar irregularidades relacionadas a despesas realizadas com a utilização de recursos de precatórios do Fundef em processo de monitoramento de determinações contidas em acórdão prolatado em processo de auditoria de conformidade realizada para verificar a aplicação dos referidos recursos.

Recorrente: Município de Patos/PB.

Unidade jurisdicionada: Município de Alagoa Nova/PB; Município de Amparo/PB; Município de Camalaú/PB; Município de Campina Grande/PB; Município de Itabaiana/PB; Município de João Pessoa/PB; Município de Manaíra/PB; Município de Massaranduba/PB; Município de Nova Palmeira/PB; Município de Olho D'água/PB; Município de Patos/PB; Município de Pedra Lavrada/PB; Município de Pilões/PB; Município de Santa Cecília/PB; Município de São João do Cariri/PB; Município de São José de Caiana/PB; Município de São José de Espinharas/PB; Município de Seridó/PB; Município de Sobrado/PB; Município de Tavares/PB; Município de Uiraúna/PB.

Representação legal: Silvia Cristina Lisboa Alves Moreira (OAB-PB 6.693), Evandro Silvino Cosme (OAB-PB 8.653), Vilson Lacerda Brasileiro (OAB-PB 4.201), Alexsandro Lacerda de Caldas (OAB-PB 16.857), Ravi Vasconcelos da Silva Matos (OAB-PB 17.148), Paulo Ítalo de Oliveira Vilar (OAB-PB 14.233), José Fernandes Mariz (OAB-PB 6.851), Adilson Alves da Costa (OAB-PB 18.400), Mateus de Barros Correia (OAB-PE 44.176), Jose Marcilio Farias da Silva e Joanilson Guedes Barbosa (OAB-PB 13.295).

- 020.731/2022-1 -** Representação sobre possíveis irregularidades no pagamento do adicional de insalubridade aos empregados da Ebserh.
Representante: Tribunal de Contas da União.
Unidade jurisdicionada: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.
Representação legal: Adriano Augusto de Souza, representando Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.
- 023.204/2015-0 -** Auditoria realizada, no âmbito do Fiscobras 2016, nas obras da nova subida da serra de Petrópolis/RJ (NSS), pertencentes à rodovia BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora/MG - Rio de Janeiro/RJ. Análise de diligência.
Unidade jurisdicionada: Agência Nacional de Transportes Terrestres; Ministério dos Transportes; Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinta).
Representação legal: Paulo Sergio Bezerra dos Santos, Ana Cristina Lopes Campelo de Miranda Bessa e outros, representando Agência Nacional de Transportes Terrestres; Alberto Pavie Ribeiro (OAB-DF 7.077), Guilherme de Araujo Pinho Costa e outros, representando Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio; Joana Barreiro Batista, representando Procuradoria da República no Município de Petrópolis; Pericles Tadeu Costa Bezerra e Augusto Cesar Carvalho Barbosa de Souza, representando Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinta).
- 023.294/2013-2 -** Embargos de declaração contra acórdão que negou provimento a recurso de reconsideração dos embargantes contra deliberação que julgou irregulares as suas contas em processo de prestação de contas referente ao exercício de 2012.
Exercício: 2012
Unidade jurisdicionada: Secretaria do Tesouro Nacional
Representação legal: Tisiane Mordini de Siqueira (OAB-RS 27.660), Marcellus Samir Salles, Allan Lúcio Sathler, André Dutra Dorea Ávila da Silva (OAB-DF 24.383), Luis Fernando Belem Peres (OAB-DF 22.162) e outros.
- 027.469/2023-9 -** Acompanhamento de desestatização por meio de leilão para a concessão da prestação de serviço público de transmissão de energia elétrica.
Unidade jurisdicionada: Agência Nacional de Energia Elétrica; Empresa de Pesquisa Energética; Ministério de Minas e Energia; Operador Nacional do Sistema Elétrico.
Representação legal: não há.

Ministro BENJAMIN ZYMLER

- 004.685/2019-9 -** Recurso de reconsideração contra acórdão que julgou irregulares as contas do recorrente, com condenação em débito, multa e inabilitação, em processo de tomada de contas especial instaurada em razão de irregularidades na gestão de recursos da conta de gestoria de município da Capitania dos Portos do Maranhão.
Recorrente: Jefferson Oliveira de Almeida.
Unidade jurisdicionada: Capitania dos Portos do Maranhão.
Responsáveis: Carlos Alberto dos Santos Ribeiro; Evandro da Silva Santos; Hiago Silva dos Santos; Jean Marcelo Silva Ramos; Jefferson Oliveira de Almeida; José Ricardo Cabral Campina; K J Comércio de Produtos Alimentícios Ltda.; Paulo Eduardo Damasceno de Sousa.
Representação legal: Diego Carlos Sa dos Santos (OAB-MA 9.219), representando Paulo Eduardo Damasceno de Sousa; Suzane Ramos Rabelo (OAB-MA 10.225), representando K J Comércio de Produtos Alimentícios Ltda.; Diego Carlos Sá dos Santos (OAB-MA 9.219), representando José Ricardo Cabral Campina; Diego Carlos Sá dos Santos (OAB-MA 9.219), representando Jean Marcelo Silva Ramos; Manoel da Luz Fayal Neto (OAB-MA 17.582), representando Hiago Silva dos Santos; Fellipe Ferreira Rodrigues (OAB-RJ 162.704) e Liana de Souza Lyrio (OAB-RJ 170.333), representando Jefferson Oliveira de Almeida; Antônio José Garcia Pinheiro (OAB-MA 5.511), representando Evandro da Silva Santos.
- 006.118/2022-4 -** Pedido de reexame contra acórdão que considerou procedente representação sobre irregularidades em processo licitatório para contratar a elaboração de projeto básico e projeto executivo e execução de obras de melhorias na infraestrutura do Aeroporto Regional de Ponta Grossa.
Representante: Empresa Construtora Porto Beton Ltda.
Recorrente: Consorcio Rac, Kokot, Raaa.
Unidade jurisdicionada: Município de Ponta Grossa/PR.
Responsáveis: Consorcio Rac, Kokot, Raaa.
Representação legal: Gustavo Schemim da Matta (OAB-PR 60.888), representando Município de Ponta Grossa/PR; Gustavo Bonini Guedes (OAB-PR 41.756), representando Consorcio Rac, Kokot, Raaa.; Leonardo Victor Dantas da Cruz (OAB-DF 40.720), representando Empresa Construtora Porto Beton Ltda.
- 009.452/2022-2 -** Pedido de reexame contra decisão que considerou procedente representação acerca de irregularidades em edital de pregão eletrônico cujo objeto era a contratação de serviços de manutenção de salas-cofre, ambientes seguros, Data Center e seus componentes.
Representante: Virtual Infraestrutura e Energia Ltda.
Recorrente: Green4T Soluções TI S/A.
Unidade jurisdicionada: Ministério da Saúde.
Representação legal: Luiz Antônio Beltrão (OAB-DF 19.773).

- 009.691/2022-7 -** Auditoria operacional para avaliar se as ações previstas e adotadas pelas Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (INB) são suficientes para viabilizar a sustentabilidade econômico-financeira da companhia, sem que a empresa necessite de recursos financeiros oriundos do controlador para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.
Unidade jurisdicionada: Agência Nacional de Energia Elétrica; Autoridade Nacional de Segurança Nuclear; Eletronuclear S.A.; Empresa Brasileira de Participações Em Energia Nuclear e Binacional S.A. - ENBPar; Indústrias Nucleares do Brasil S.A.; Ministério da Economia (extinto); Ministério de Minas e Energia.
Interessados: Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. - Enbpar; Indústrias Nucleares do Brasil S.A.; Ministério de Minas e Energia.
Representação legal: Ana Dorotéa Veras Costa, Roberto Endrigo Rosa e outros, representando Secretaria do Tesouro Nacional.
- 010.004/2022-0 -** Embargos de declaração contra acórdão que expediu determinações à embargante em processo de tomada de contas especial instaurado em atendimento a deliberações prolatadas em processo de levantamento de auditoria realizado, no âmbito do Fiscobras 2009, nas obras da Refinaria Abreu e Lima.
Recorrente: Petróleo Brasileiro S.A.
Unidade jurisdicionada: Petróleo Brasileiro S.A.
Responsáveis: Alumini Engenharia S.A. - Em Recuperação Judicial; Consórcio CNCC Camargo Correa - CNEC; Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.; CNEC Engenharia S.A.; Consorcio CII - Consórcio Ipojuca Interligações; Construtora Queiroz Galvão S.A.; Iesa Óleo e Gas S.A.; Consórcio Conduto - Egesa; Conduto - Companhia Nacional de Dutos; Egesa Engenharia S.A.; Consórcio Construcap - Progen; Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.; Progen Projetos Gerenciamento e Engenharia Ltda.; Consórcio Rnest - Conest; Odebrecht Plantas Industriais e Participações S.A; Construtora OAS Ltda; Consórcio SES-Montcalm; Slovenské Energetické Strojárne A.S. (Ident. Vat SK 2020403869); Montcalm Montagens Industriais S/A; Tomé Alusa Galvão; Tome Engenharia e Transportes Ltda; Galvão Engenharia S/A; e Jaraguá Equipamentos Industriais Ltda.
Representação legal: Julia de Oliveira Ruggi (OAB-PR 51.680) e outros, representando Petróleo Brasileiro S.A.; Louise Dias Portes (OAB-RJ 203.612), representando Techint Engenharia e Construção S.A.

- 011.648/2005-6 -** Embargos de declaração contra acórdão que negou provimento a recurso de reconsideração contra deliberação que julgou irregulares as contas dos recorrentes, com condenação em débito, em processo de prestação de contas relativa ao exercício de 2004.
Unidade jurisdicionada: Departamento Regional do Serviço Social da Indústria no Estado do Paraná.
Interessados/Responsáveis/Recorrentes: Departamento Regional do Sesi No Estado do Paraná, Altavir Zaniolo; Antônio Bento Rodrigues Pontes; Clodovil Silverio; Elias Martins; Geraldo Serathiuk; Jose Antônio Fares; Jose Sangenito da Silva; Marcos Mueller Schlemm; Maria Favero Rodrigues; Mario Marcondes Lobo; Milton Wittig Bueno; Nelson Luis Strobel; Osvaldo Davet; Ovaldir Nardin; Rodrigo Costa da Rocha Loures; Ronaldo Duschenes, Departamento Regional do Sesi No Estado do Paraná; Antônio Bento Rodrigues Pontes; Rodrigo Costa da Rocha Loures.
Representação legal: Alexander Miranda (OAB-PR 43.462), André Guskow Cardoso (OAB-PR 27.074), Camila Gaeski (OAB-PR 44.110), Christian Schramm Jorge (OAB-PR 25.957), Cláudia Beeck Moreira de Souza (OAB-PR 46.108), Clayton Gomes de Medeiros (OAB-PR 59.941), Fábio Dias Vieira (OAB-PR 36.687), Fabíola de Fátima Barroso (OAB-PR 31.211), Fernão Justen Oliveira (OAB-DF 34.388), Isabella Félix da Fonseca (OAB-DF 57.461), Juliano Gurski da Silva (OAB-PR 48.085), Karlin Olbertz Niebuhr (OAB-PR 46.962), Marçal Justen Filho (7468/OAB-PR), Marco Antônio Guimarães (OAB-PR 22.427), Narjara Cheyenne Carmelo Andriet (OAB-PR 50.506), Rodrigo Pozzobon (OAB-PR 22.997), Thiago Bertapelli (OAB-PR 31.078) e outros.
- 011.717/2021-1 -** Processo administrativo com projetos de normativos para regulamentar os procedimentos relacionados às ações operacionais a cargo do TCU, previstas no Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado em 6/8/2020 entre o TCU, a Controladoria-Geral da União (CGU), a Advocacia-Geral da União (AGU) e o Ministério de Justiça e Segurança Pública (MJSP), sob a coordenação do Supremo Tribunal Federal (STF) com a finalidade de definir diretrizes e ações em matéria de combate à corrupção, especialmente em relação aos Acordos de Leniência de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Interessado: Tribunal de Contas da União.
Representação legal: não há.
- 012.515/2022-1 -** Embargos de declaração contra acórdão que fixou entendimentos em processo de representação constituída para estudar a possibilidade de instauração de tomada de contas especial acerca de danos aos cofres da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras), tendo em vista a sua desestatização efetivada em junho de 2022.
Representante: Tribunal de Contas da União.
Recorrente: Advocacia-Geral da União.
Unidade jurisdicionada: Centrais Eletricas Brasileiras S/A.
Interessados/Responsáveis/Recorrentes: Advocacia-Geral da União.
Representação legal: Julia Venzi Goncalves Guimaraes (OAB-DF 67.114), William Romero (OAB-PR 51.663) e outros, representando Centrais Eletricas Brasileiras S.A.

- 017.027/2022-5 -** Representação sobre possíveis irregularidades na concessão de subsídios referentes à redução de 50% a ser aplicado à Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) e à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) para as fontes incentivadas de empreendimentos com potência instalada entre 30 MW e 300 MW, nos termos do § 1º-A, do art. 26, da Lei 9.427/1996.
Representante: Tribunal de Contas da União.
Unidade jurisdicionada: Agência Nacional de Energia Elétrica.
Representação legal: não há.
- 018.738/2015-0 -** Tomada de contas especial instaurada para quantificação do débito e identificação dos responsáveis referente a contratos de gestão celebrados para operacionalização da gestão e execução das ações e serviços de saúde no Hospital Municipal José Mário dos Santos.
Unidade jurisdicionada: Bahia SSA Gabinete do Secretário; Município de Candeias/BA.
Responsáveis: Allan Abbehusen de Santana; Antonio Carlos Araujo Machado; Carlos Alberto Dias; Edinalva Goes; Eleide Rodrigues de Sena Portela; Francisco Silva Conceição; Instituto Médico Cardiológico da Bahia; Iolanda Almeida Lima; João Ricardo de Camargo Silva; Lúbia da Cunha Moraes Macedo; Manoel Eduardo Farias Andrade.
Representação legal: Guilherme Muniz Carletto (OAB-BA 32.161), representando João Ricardo de Camargo Silva; Evanio Antunes Coelho Junior (OAB-BA 15.196) e André Pedreira Philigret Baptista (OAB-BA 25.539), representando Manoel Eduardo Farias Andrade; Ricardo Teixeira da Silva Paranhos (OAB-BA 18.934) e Carina Cristiane Canguçu Virgens (OAB-BA 17.130), representando Francisco Silva Conceição; Gilsimar de Souza Oliveira (OAB-BA 43.972) e Nathalia Ester Santos Lopes (OAB-BA 37.774), representando Lúbia da Cunha Moraes Macedo.
- 020.958/2023-4 -** Processo administrativo com projeto de instrução normativa para regulamentar os procedimentos para fiscalização, pelo Tribunal de Contas da União, do mecanismo das transferências especiais, instituído no art. 166-A, inciso I, da Constituição Federal.
Interessado: Tribunal de Contas da União.
- 027.331/2017-2 -** Embargos de declaração contra acórdão que não conheceu recurso de revisão contra deliberação que julgou irregulares as contas do recorrente, com condenação em débito, em processo de tomada de contas especial instaurada em razão da impugnação total das despesas realizadas com recursos de convênio celebrado para execução de ações visando a melhoria da qualidade do ensino oferecido aos alunos do ensino fundamental, voltadas à formação continuada de profissionais em funções docentes.
Recorrente: Rui Fernandes Ribeiro Filho.
Unidade jurisdicionada: Município de Arari/MA.
Responsáveis: Rui Fernandes Ribeiro Filho.
Interessados: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
Representação legal: Adriana Santos Matos (OAB-MA 18.101) e Gilson Alves Barros (OAB-MA 7.649), representando Rui Fernandes Ribeiro Filho.

- 029.038/2020-0 -** Tomada de contas especial instaurada em razão de irregularidade no processo de habilitação a pensão militar.
Unidade jurisdicionada: Comando da 1ª Região Militar
Responsáveis: Elbio Odiles Disconzi; Gina Lucia Segato Disconzi.
Interessado: Comando da 1ª Região Militar.
Representação legal: não há.
- 033.093/2023-7 -** Representação sobre possíveis irregularidades em pregão eletrônico para contratação de empresa para prestação dos serviços de supervisão da duplicação para adequação de capacidade da Rodovia BR 423/PE - Lote 01.
Representante: Geosistemas Engenharia e Planejamento Ltda.
Unidade jurisdicionada: Superintendência Regional do Dnit no Estado de Pernambuco.
Interessados/Responsáveis: Future Motion Brasil Serviços de Engenharia Consultiva Ltda.
Representação legal: Humberto Pinto Silva (OAB-PE 47.125), representando Geosistemas Engenharia e Planejamento Ltda.; André Baptista Coutinho (OAB-PE 17.907) e Rogério José Bezerra de Souza Barbosa (OAB-PE 17.902), representando Future Motion Brasil Serviços de Engenharia Consultiva Ltda.
- 034.288/2018-0 -** Agravo contra despacho que indeferiu efeito suspensivo a recurso de revisão contra acórdão que julgou irregulares as contas do recorrente, com condenação em débito e multa, em processo de tomada de contas especial instaurada em razão de omissão no dever de prestar contas dos recursos oriundos de convênio celebrado para construção de uma unidade escolar no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil - Proinfância.
Recorrente: Erivaldo Jose da Silva.
Unidade jurisdicionada: Município de Calumbi/PE.
Responsáveis: Erivaldo Jose da Silva.
Interessados: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
Representação legal: Juliana Antonio Fernandes de Souza (OAB-PE 37.010) e Luís Alberto Gallindo Martins (OAB-PE 20.189), representando Erivaldo Jose da Silva.

- 036.458/2019-8 -** Embargos de declaração contra decisão que julgou irregulares as contas da embargante, condenou-a em débito e aplicou-lhe multa, em processo de tomada de contas especial instaurado em razão da omissão no dever de prestar contas de termo de compromisso celebrado para a construção de instalação portuária pública de pequeno porte em Japurá/AM.
Recorrente: Raimundo Guedes dos Santos.
Unidade jurisdicionada: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
Responsáveis: Gracineide Lopes de Souza; Raimundo Guedes dos Santos; Red Engenharia Ltda.
Representação legal: Naiane Pimentel de Melo (OAB-AM 9.126), Renata Andrea Cabral Pestana Vieira (OAB-AM 3.149) e outros, representando Gracineide Lopes de Souza; Gustavo Augusto Bastos Domingos (OAB-AM 13.691), Gislaíne Viana Mendes de Oliveira (OAB-AM 17.054) e outros, representando Raimundo Guedes dos Santos; Renata Andrea Cabral Pestana Vieira (OAB-AM 3.149), representando Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Daniel Augusto Silva Resende (OAB-AM 16.221), Luiz Augusto de Borborema Blasch (OAB-AM 7.982) e outros, representando Red Engenharia Ltda.
- 045.606/2012-9 -** Tomada de contas especial instaurada em razão de irregularidades na aplicação dos recursos transferidos pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no exercício de 2009.
Unidade jurisdicionada: Município de Alto Parnaíba/MA.
Responsáveis: A.G. Fialho; Blima Engenharia e Construção Ltda. - ME; Consmar Construtora Rio Maravilha Ltda. - ME; Dalci Pina Costa; Edmilson Lucas da Rocha Filho; Ernani do Amaral Soares; Francisco David de Castro Filho - ME; Jeremias da Costa Filho; José Henrique Figueira Soares; Luiz Carlos de Castro Rodrigues.
Representação legal: Vitélio Shelley Silva (OAB-MA 6.740), representando Jeremias da Costa Filho; Vitélio Shelley Silva (OAB-MA 6.740), representando Edmilson Lucas da Rocha Filho; Vitélio Shelley Silva (OAB-MA 6.740), representando Ernani do Amaral Soares; Vitélio Shelley Silva (OAB-MA 6.740), representando Celiano Francisco Cavalcante da Silva; Kelton Almeida Machado (OAB-MA 9981-A), representando Francisco David de Castro Filho - ME; Vitélio Shelley Silva (OAB-MA 6.740), representando A.G. Fialho; Janelson Moucherek Soares do Nascimento (OAB-MA 6.499), Pedro Durans Braid Ribeiro (OAB-MA 10.255) e outros, representando J. de R. C. Silva; Vitélio Shelley Silva (OAB-MA 6.740), representando José Henrique Figueira Soares; Vitélio Shelley Silva (OAB-MA 6.740), representando Dalci Pina Costa; Vitélio Shelley Silva (OAB-MA 6.740), representando Consmar Construtora Rio Maravilha Ltda. - ME.

Ministro AUGUSTO NARDES

- 005.128/2023-4 -** Representação autuada em razão de indícios de irregularidades na condução de pregão eletrônico para contratação de serviços de manutenção de sistemas de ar-condicionado. Análise de oitiva.
Representante: Tribunal de Contas da União.
Unidade Jurisdicionada: Banco do Brasil S/A.
Interessado: EAP Pingo Refrigeração - ME.
Representação legal: não há.
- 009.778/2022-5 -** Tomada de Contas Especial autuada em decorrência da conversão de processo de representação sobre possíveis irregularidades na utilização de recursos oriundos da complementação da União no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), reconhecidos judicialmente.
Unidade Jurisdicionada: Município de Paramoti/CE.
Responsável: Eduardo Feijó Santos.
Representação legal: não há.
- 033.889/2023-6 -** Consulta acerca da aplicabilidade, no exercício financeiro de 2023, de normas que alteram os valores mínimos a serem empregados pela União em ações e serviços públicos de saúde (ASPS) e na manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), por força da Lei Complementar 200, de 30/8/2023, combinada com o disposto nos arts. 6º e 9º da Emenda Constitucional 126, de 21/12/2022.
Consulente: Ministério da Fazenda.
Interessado: Secretaria do Tesouro Nacional.
Representação legal: não há.
- 037.585/2023-1 -** Processo administrativo com anteprojeto de decisão normativa que fixa, para o exercício de 2024, as quotas de distribuição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) previstas nas alíneas "b", "d", "e" e "f" do inciso I do art. 159 da Constituição Federal.
Interessado: Tribunal de Contas da União.
Representação legal: não há.

Ministro AROLDO CEDRAZ

- 005.291/2021-6 -** Acompanhamento para avaliar o cronograma detalhado de devolução, à União, dos valores recebidos em decorrência da emissão direta de títulos da dívida pública federal.
Unidade jurisdicionada: Ministério da Economia (extinto).
Interessado: Secretaria do Tesouro Nacional.
Representação legal: Pedro Jose de Almeida Ribeiro (OAB-RJ 163.187) e Rodrigo Sales da Rocha Abreu (OAB-RJ 155.278), representando Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Raul Pereira Lisboa (OAB-DF 35.180), representando Secretaria do Tesouro Nacional; Caroline Scopel Cecatto (64878/OAB-RS), Rodrigo Sales da Rocha Abreu (OAB-RJ 155.278), Vítor da Costa de Souza (OAB-DF 17.542) e outros, representando Banco do Brasil S.a.

- 020.162/2015-4 -** Embargos de declaração contra acórdão que não conheceu recurso de revisão contra deliberação que julgou irregulares as contas do recorrente, com condenação em débito e multa, em processo de tomada de contas especial instaurado em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos de termo de compromisso celebrado para realização dos eventos "III Copa Internacional de Futebol" e o "X Brazil Cup".
Recorrente: Kennedy Donald de Carvalho.
Unidade jurisdicionada: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Minas Gerais.
Responsáveis: Athletic Center Turismo Esportivo Ltda - Me; Fundação Athletic Center; Kennedy Donald de Carvalho; Nkp Teart Maison Buffet Ltda - Me, Kennedy Donald de Carvalho.
Interessado: Ministério do Esporte (extinta).
Representação legal: Huilder Magno de Souza (OAB-DF 18.444) e Maira Cristina Lopes (OAB-DF 18.218), representando Kennedy Donald de Carvalho.

Ministro VITAL DO RÊGO

- 012.663/2011-5 -** Recurso de reconsideração contra deliberação que julgou irregulares as contas do recorrente, com condenações em débitos, multas, inabilitações e declaração de inidoneidade em processo de tomada de contas especial instaurada em razão de irregularidades na execução de convênio celebrado para apoiar realização da "VIII Festa do Bode Rei - Festival de Caprinos e Ovinos da Paraíba".
Recorrentes: Linhares Prudêncio Mão de Obra Especializada Ltda., Emanuelle Mabrinni Conrado Prudêncio Linhares Coelho e Erton Rodrigo Linhares Coelho.
Unidade jurisdicionada: Município de Cabaceiras/PB.
Representação legal: André Souto Maior Mussalem (OAB-PE 18.349) e Rhayssa Hamanda do Nascimento França (OAB-PE 48.301) e outros.
- 015.830/2018-7 -** Pedidos de reexame contra deliberação que aplicou multa aos recorrentes em processo de auditoria realizada em contratações de Tecnologia da Informação.
Recorrentes: Alionesimo Lobo Souza Junior; Marcelo Campos Brito; Henrique Nixon Souza da Silva.
Unidade jurisdicionada: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; Fundação Nacional de Saúde; Instituto Nacional do Seguro Social; Ministério da Integração Nacional (extinto); Ministério da Justiça (extinto).
Representação legal: Rodrigo Dalmeida Couto Pessoa, Caroline da Fonseca Langje Dias (OAB-DF 58.552), Julio Cezar da Silva, Edilberto Nerry Petry (OAB-DF 37.288), Daniela da Conceição (OAB-DF 58.554), Edson Moreira Lima, Rafael Ayoroa Ramos, Serley Batista Alvaro, Samara Silva Pinto (OAB-DF 49.439), Romildo Olgo Peixoto Júnior (OAB-DF 28.361), Marlucio Lustosa Bonfim (OAB-DF 16.619), Eduardo Rodrigues Lopes (OAB-DF 29.283), Ana Luiza Queiroz Melo Jacoby Fernandes (OAB-DF 51.623) e outros.

Ministro JORGE OLIVEIRA

- 000.855/2023-5 -** Solicitação de solução consensual para controvérsias enfrentadas no processo de devolução do trecho ferroviário Presidente Prudente/SP - Presidente Eptácio/SP e respectivo cálculo de indenização.
Unidade jurisdicionada: Agência Nacional de Transportes Terrestres; Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Ministério dos Transportes.
Interessado: Rumo Malha Sul S.A.
Representantes legais: Aleksanders Mirra Novickis (OAB-SP 232.482) e outros representando Rumo Malha Sul S.A.
- 016.531/2007-2 -** Embargos de declaração contra acórdão que não conheceu de recurso de reconsideração contra deliberação que julgou irregulares as contas do recorrente, com condenação em débito e multa, em processo de tomada de contas especial instaurada em razão de irregularidades na aplicação dos recursos de convênio celebrado para montagem e implementação de instrumentos técnico-legais para o suporte técnico-administrativo de Prefeituras Municipais do Estado do Ceará.
Embargante: Paulo Ramiro Perez Toscano.
Unidade jurisdicionada: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Ceará
Representação legal: Alexandre Melo Soares (OAB-DF 24.518), representando Paulo Ramiro Perez Toscano.
- 018.167/2020-9 -** Acompanhamento da atuação do Grupo de Trabalho criado com o objetivo de coordenar o desenvolvimento de estudos para subsidiar o processo de revisão do Anexo C ao Tratado de Itaipu.
Unidade jurisdicionada: Ministério de Minas e Energia.
Representação legal: não há.
- 019.715/2023-4 -** Representação sobre possíveis irregularidades na realização do Programa "Conversa com o Presidente".
Representante: Luiz Philippe de Orleans e Bragança.
Unidade jurisdicionada: Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.
Representação legal: Irma Cláudia do Nascimento Moraes (OAB-DF 48.255), Raúl Pereira Lisboa (OAB-DF 35.180) e outros.
- 038.427/2019-2 -** Pedido de reexame interposto contra acórdão que aplicou multa aos recorrentes em processo de representação acerca de irregularidades em processo licitatório promovido para construção de pontes.
Representante: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.
Recorrentes: Silvia Matiasso Colet; Maico Serafini Betto.
Unidade jurisdicionada: Município de Vila Maria/RS.
Representação legal: não há.

Ministro JHONATAN DE JESUS

- 007.455/2023-2 -** Atos de aposentadoria.
Unidade jurisdicionada: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.
Interessados: Eva Cristina Euzebio; Keila Correa Cerviglieri; Marcos Serafim Rodrigues; Maria Rita Oliveira de Toledo; Sonival Correia Mandu.
Representação legal: não há.
- 012.198/2019-6 -** Recursos de reconsideração contra acórdão que julgou irregulares as contas dos recorrentes, com condenação em débito e aplicação de multa a um dos responsáveis, em razão de prejuízos ocorridos no âmbito de contrato que teve por objeto a prestação de serviços de construção e montagem industrial em plataformas do Ativo Centro da Unidade de Exploração e Produção da Bacia de Campos.
Recorrentes: Carlos Eugênio Melro Silva da Resurreição; José Antônio de Figueiredo; Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A., Carlos Eugênio Melro Silva da Resurreição; José Antônio de Figueiredo; Mendes Junior Trading e Engenharia S A.
Unidade jurisdicionada: Petróleo Brasileiro S.A.
Representação legal: Paola Allak da Silva (OAB-RJ 142.389), Rafael Zimmermann Santana (OAB-RJ 154.238) e outros, representando a Petróleo Brasileiro S.A.; Fernanda Leoni (OAB-SP 330.251) e Thays Chrystina Munhoz de Freitas (OAB-SP 251.382), representando a Mendes Júnior Trading e Engenharia S.A.; Thiago de Oliveira (OAB-RJ 122.683), Eduardo Rodrigues Lopes (OAB-DF 29.283) e outros, representando José Antônio de Figueiredo e Carlos Eugênio Melro Silva da Resurreição.
- 019.254/2023-7 -** Solicitação do Congresso Nacional em que se requer a realização de fiscalização com o objetivo de apurar possíveis irregularidades no uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal.
Solicitante: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.
Representação legal: não há.
- 021.493/2013-8 -** Tomada de contas especial autuada para apuração de dano decorrente de irregularidades na execução de contrato celebrado para execução de serviços de restauração na rodovia BR 364/163/070. Análise de alegações de defesa.
Unidade jurisdicionada: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Responsáveis: Deise da Silva Torres; Delta Construções S.A.; Luiz Antônio Ehret Garcia; Nilton de Britto; Rui Barbosa Igual.
Representação legal: Marcelo de Souza do Nascimento (OAB-DF 23.180), Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB-DF 6.546) e outros, representando Delta Construções Sa Em Recuperação Judicial; Felipe Rocha de Moraes (OAB-DF 32.314) e Renato Oliveira Ramos (OAB-DF 20.562), representando Delta Construções S.A; Paulo Aristóteles Amador de Sousa, representando Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

- 000.435/2022-8 -** Auditoria operacional realizada com o objetivo avaliar a atuação da Embrapa nos projetos de inovação aberta com o setor produtivo (projetos tipo III) e verificar se existem oportunidades de aprimoramento dos processos e do desenvolvimento desses projetos.
Unidade jurisdicionada: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.
Representação legal: não há

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

- 038.418/2021-5 -** Tomada de contas especial instaurada em razão de dano ao patrimônio público, causado por fraude na contratação e renegociação de operações de crédito na agência do banco em Gravatá/PE.
Unidade jurisdicionada: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Responsáveis: Elisabeth Fragoso Barbosa de Lima; Luciana Oliveira Santos.
Representação legal: José Anderson Pacheco Nunes (OAB-PE 51.670), representando Luciana Oliveira Santos.

DESPACHOS DE AUTORIDADES**MINISTRO AUGUSTO NARDES****Processo: 019.307/2022-5****Natureza:** Pedido de reexame (aposentadoria).**Unidade jurisdicionada:** Senado Federal.**Recorrente:** Senado Federal.

DESPACHO

Trata-se, neste momento processual de pedido de reexame interposto pelo Senado Federal contra o Acórdão 7/2023-TCU-2ª Câmara, de relatoria do Ministro Aroldo Cedraz, que julgou ilegal o ato de aposentadoria de José Nilton Jerônimo.

2. A unidade técnica, com o aval do Ministério Público junto ao TCU, peças 32-34, entende que as razões do recorrente impugnam apenas o item 9.3.1. do acórdão recorrido, de modo que constitui objeto do recurso definir se é possível a atualização de quintos/décimos por diploma legal diferente daquele que rege o reajuste geral dos servidores públicos federais” e propões a negativa de provimento do recurso.

3. No entanto, é possível verificar no pedido de reexame o tópico “*III.I. Da exclusão da Parcela ‘Opção’*” (peça 14, p. 5-10), de modo que é necessária a análise da unidade técnica sobre o referido argumento recursal.

4. À vista disso, determino a devolução dos presentes autos à Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal), para análise das razões recursais apresentadas pelo Senado Federal.

À AudPessoal, para as devidas providências, com posterior retorno a este Gabinete, via Ministério Público.

Brasília, 17 de novembro de 2023.

MINISTRO JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
Relator

Processo: 016.997/2022-0

Natureza: Acompanhamento

Unidades Jurisdicionadas: Comando da Aeronáutica, Comando da Marinha, Comando do Exército, Instituto Brasileiro de Museus, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério da Cultura, Ministério da Defesa, Ministério da Educação, Ministério das Comunicações, Ministério do Turismo, Secretaria-executiva da Casa Civil da Presidência da República.

DESPACHO

Trata-se de acompanhamento determinado no subitem 1.6.2 do Acórdão 1.608/2022-TCU-Plenário, com vistas a verificar a fiel observância aos prazos e o alcance das metas propostas nos Eixos de I a V do Plano de Ação elaborado pelo Grupo de Trabalho Interministerial sobre Museus Federais (GTI), instituído por meio do Decreto 10.175/2019.

2. O referido Plano de Ação (peça 45, p. 12-19 e peça 52, p. 16-19) foi apresentado a esta Corte em atendimento ao Acórdão 1.243/2019-TCU- Plenário, que expediu determinações em relação às condições de segurança do patrimônio nos museus sob a responsabilidade de órgãos ou entes federais e sobre a identificação dos principais riscos e oportunidades de melhoria na gestão patrimonial e orçamentária desses equipamentos públicos. Na oportunidade, o Tribunal aprovou o Plano de Ação por meio do Acórdão 2.477/2021-TCU- Plenário.

3. Ao analisar os elementos constantes do presente acompanhamento, a Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos (AudEducação), após a realização de diligências, propôs a apreciação processual dos subitens 172.4, 172.5 e 172.6 da proposta de encaminhamento (peças 304-305 e 357).

4. Entendo que a deliberação acerca das propostas referentes aos subitens 172.5 e 172.6 é de competência do Plenário deste Tribunal, cuja apreciação carece ainda de análise de mérito das diligências já realizadas pela unidade técnica.

5. Dessa forma, DECIDO autorizar a promoção das medidas propostas pela aludida unidade técnica à peça 304, subitem 172.4, encaminhando cópia do presente despacho e da instrução de peça 304 aos órgãos/entidades acima mencionados, com posterior retorno à AudEducação para concluir a análise de mérito das diligências.

À Seproc, para as medidas cabíveis.

Brasília, 17 de novembro de 2023

MINISTRO JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
Relator

Processo: 014.232/2022-7

Natureza: Tomada de Contas Especial

Unidade Jurisdicionada: Secretaria-executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Solicitante: Acessibilidade Brasil, Guilherme de Azambuja Lira

DESPACHO

Trata-se de solicitação de prorrogação de prazo formulada por Guilherme de Azambuja Lira e Acessibilidade Brasil (peça 86) para atendimento à citação que lhe foi dirigida por meio dos Ofícios 41433/2023- TCU/Seproc e 41432/2023- TCU/Seproc (peças 75-76).

Ante as considerações expostas pela Secretaria de Apoio à Gestão de Processos - Seproc (peça 87), autorizo a prorrogação do prazo em apreço, por mais 60 dias, contados a partir do vencimento do prazo anteriormente concedido, conforme proposto pela unidade técnica.

À AudTCE para a continuidade das análises.

Brasília-DF, 17 de novembro de 2023

MINISTRO JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES

Relator

Processo: 021.129/2020-7

Natureza: Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).

Unidade Jurisdicionada: Secretaria Especial do Esporte (extinta).

Recorrente: Confederação Nacional das Associações de Moradores.

DESPACHO

Trata-se, neste momento processual, de recurso de reconsideração interposto pela Confederação Nacional das Associações de Moradores contra o Acórdão 9.349/2023-TCU-2ª Câmara.

2. Conheço do presente recurso, suspendendo-se os efeitos dos itens 9.1, 9.2, 9.3 e 9.4 do Acórdão 9.349/2023-TCU-2ª Câmara, nos termos dos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conforme exame de admissibilidade realizado pela unidade técnica (peça 674).

3. Determino, preliminarmente, a remessa dos autos à Seproc para dar ciência aos órgãos/entidades cientificadas do acórdão recorrido acerca do efeito suspensivo concedido em face do presente recurso.

Após, seja o processo encaminhado à AudRecursos para as providências a seu cargo.

Brasília-DF, 17 de novembro de 2023.

MINISTRO JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES

Relator

Processo: 005.765/2023-4

Natureza: Aposentadoria

Unidade jurisdicionada: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Interessada: Aurelina Erculino Correia.

DESPACHO

Trata-se de ato de aposentadoria em favor de Aurelina Erculino Correia, ex-servidora do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

2. A unidade técnica (peças 5-6) propôs a ilegalidade do ato, em razão da concessão da vantagem de quintos em razão do exercício de funções comissionadas após o advento da Lei 9.624/1998.

3. O Ministério Público junto ao TCU (peça 7), por outro lado, sugeriu a devolução dos presentes autos à Unidade de Auditoria Especializada em Pessoal (AudPessoal), a fim de que sejam analisados os esclarecimentos prestados pelo órgão de controle interno do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (peça 3, p. 9).

4. À vista disso, acolho a proposta do MPTCU no sentido de determinar a devolução dos presentes autos à unidade técnica, para análise de suposta apreciação pelo TCU, há mais de cinco anos, de ato de aposentadoria da ex-servidora, em que a vantagem de quintos já constava do ato de concessão.

À AudPessoal, para as devidas providências, com posterior retorno a este Gabinete, via Ministério Público.

Brasília, 17 de novembro de 2023.

MINISTRO JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
Relator

Processo: 037.533/2023-1

Natureza: Solicitação

Assunto: Pedido de solicitação de acesso ao TC 033.889/2023-6.

DESPACHO

Trata-se de pedido de solicitação de acesso ao TC 033.889/2023-6, formulado pelo Sr. Deputado Federal Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL/SP) e outros 26 parlamentares (peça 3, página 14).

Considerando os termos de acesso à informação, constantes da Portaria-TCU 76/2018, das Resoluções-TCU 249/2012 e 259/2014 e, finalmente, da Lei 12.527/2011;

Considerando, ainda, o contido no § 3º do art. 6º da Portaria-TCU 242/2013, que aponta a possibilidade de concessão de informação antes da prolação do ato decisório;

Defiro o pedido de vista formulado, dando ciência aos requerentes sobre a necessidade de observância à política de segurança da informação estabelecida na Resolução-TCU nº 294/2018 e obedecidos os arts. 91 a 94 e 104, § 1º, da Resolução-TCU nº 259/2014 e encerrar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU, conforme proposto pela unidade técnica (peça 4).

À AudFiscal, para as providências administrativas cabíveis.

Brasília-DF, 17 de novembro de 2023.

MINISTRO JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
Relator

Processo: 009.350/2023-3

Natureza: Pedido de reexame (pensão civil)

Unidade Jurisdicionada: Ministério Público Federal

Recorrente: Creusa Dantas Fortunato

DESPACHO

Trata-se de pedido de reexame interposto por Creusa Dantas Fortunato (peça 14) contra o Acórdão 7.844/2023-TCU-2ª Câmara.

Conheço do presente recurso, suspendendo-se os efeitos os efeitos do **caput** e dos itens 1.7, 1.7.1, 1.7.1.1 e 1.7.1.2 do Acórdão 7.844/2023-TCU-2ª Câmara, nos termos do art. 48 da Lei 8.443/1992 c/c arts. 285 e 286, parágrafo único, do RITCU, conforme exame de admissibilidade realizado pela unidade técnica (peça 15).

Determino, preliminarmente, a remessa dos autos à Seproc para dar ciência aos órgãos/entidades cientificados do acórdão recorrido acerca do efeito suspensivo concedido em face do presente recurso.

Após, seja o processo encaminhado à AudRecursos para as providências a seu cargo.

Brasília, 17 de novembro de 2023

MINISTRO JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
Relator

Processo: 033.849/2023-4

Natureza: Solicitação

Unidade Jurisdicionada: Administração Regional do Senac no Estado do Rio de Janeiro (Senac/ARRJ).

DESPACHO

Trata-se de Solicitação de vista e cópia do TC 006.809/2023-5, formulada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Administração Regional no Estado do Rio de Janeiro - Senac/ARRJ (peça 2).

Considerando que o TC 006.809/2023-5 constitui processo administrativo de produção de conhecimento, instaurado com objetivo de realizar estudo sobre os normativos e principais aspectos dos patrocínios celebrados pelas entidades do Sistema S (Sesi, Senai, Sesc, Senac, Sebrae, Senar, SESCOOP, Sest/Senat).

Considerando que os processos do tipo produção de conhecimento são de natureza administrativa, instaurados pela própria unidade técnica, com vistas a levantar informações sobre determinados temas e assim subsidiar o planejamento da unidade.

Considerando que o referido processo foi instaurado com o objetivo de permitir que a Unidade de Auditoria Especializada em Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (AudAgroAmbiental) realizasse uma análise prévia dos normativos e principais aspectos dos patrocínios celebrados pelas entidades do Sistema S e pudesse, assim, planejar a realização de fiscalizações.

Considerando o disposto no Anexo I, item 42, da Portaria Segecex 15/2016, que orienta acerca da classificação da informação quanto à restrição de acesso a peças e processos de controle externo e dispõe sobre o uso de solução de TI como instrumento de classificação.

Considerando que as informações constantes dos processos de produção de conhecimento inserem-se na referida norma, pois apresentam sugestões de futuras ações de controle, por isso devem ser classificadas no grau mínimo de reservado, não sendo possível seu acesso por terceiros.

Considerando que a divulgação da produção de conhecimento pode frustrar as ações de controle, comprometendo as atividades de inteligência deste Tribunal.

Acompanho a proposta da unidade técnica constante da peça 4, para **indeferir** o pedido do Senac/ARRJ de acesso ao TC 006.809/2023-5, com fundamento no art. 23, VIII, da Lei 12.527/2011.

À AudAgroAmbiental, para as devidas providências.

Brasília, 17 de novembro de 2023

AUGUSTO NARDES
Relator

MINISTRO-SUBSTITUTO MARCOS BEMQUERER**Processo: 016.985/2022-2****Natureza:** Denúncia.**Entidade:** Município de Paquetá/PI.

DESPACHO

Ante as razões aduzidas pela AudEducação/DT-2, determino, com fundamento no art. 157 do Regimento Interno/TCU, o envio dos autos à Secretaria de Apoio à Gestão de Processos - Seproc, com vistas à promoção de diligências nos termos sugeridos no item 84, alínea “b”, da instrução precedente (peça 34), observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, em especial a Resolução/TCU 360/2023.

Outrossim, com fulcro no art. 145, § 1º, do RI/TCU, fixo o prazo de 10 (dez) dias para que o Município de Paquetá/PI regularize o vício de representação de seu procurador nos presentes autos, nos termos descritos no item 84, alínea “a”, da aludida instrução.

À Seproc, para adoção das providências a seu cargo.

Brasília, 20 de novembro de 2023

MARCOS BEMQUERER COSTA
Relator

EDITAIS**SECRETARIA DE APOIO À GESTÃO DE PROCESSOS**

EDITAL 1194/2023-TCU/SEPROC, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.

Processo TC 032.042/2015-9 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADA a empresa CMG CONSTRUÇÕES LTDA - ME, CNPJ: 08.003.825/0001-71, representada pelo Sr. Cleonésio Ferreira de Freitas, CPF: 103.126.922-34, do Acórdão 1365/2019-TCU-Plenário, Rel. Ministro Bruno Dantas, Sessão de 12/6/2019, proferido no processo TC 032.042/2015-9, por meio do qual o Tribunal conheceu dos recursos de reconsideração interpostos contra o Acórdão 185/2018-TCU-Plenário e, no mérito, negou-lhes provimento e deu-lhes provimento parcial, nos termos dos itens 9.1 a 9.3 do Acórdão 1365/2019-TCU-Plenário.

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone “Conecta-TCU” do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo podem ser obtidas junto à Secretaria de Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail cacidades@tcu.gov.br ou pelos telefones 0800-644-2300, opção 2, ou (61) 3527-5234.

MARYZELY MARIANO
Chefe do Serviço de Comunicação Processual 1

(Subdelegação de competência: art. 2º, I, da Portaria-Seproc 2/2023)

(Publicado no DOU Edição nº 219 de 20/11/2023, Seção 3, p. 149)

EDITAL 1195/2023-TCU/SEPROC, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023.

Processo TC 032.042/2015-9 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADA a empresa CMG CONSTRUÇÕES LTDA - ME, CNPJ: 08.003.825/0001-71, na pessoa de seu representante legal, do Acórdão 1365/2019-TCU-Plenário, Rel. Ministro Bruno Dantas, Sessão de 12/6/2019, proferido no processo TC 032.042/2015-9, por meio do qual o Tribunal conheceu dos recursos de reconsideração interpostos contra o Acórdão 185/2018-TCU-Plenário e, no mérito, negou-lhes provimento e deu-lhes provimento parcial, nos termos dos itens 9.1 a 9.3 do Acórdão 1365/2019-TCU-Plenário.

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone “Conecta-TCU” do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo podem ser obtidas junto à Secretaria de Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail cacidadesao@tcu.gov.br ou pelos telefones 0800-644-2300, opção 2, ou (61) 3527-5234.

MARYZELY MARIANO
Chefe do Serviço de Comunicação Processual 1

(Subdelegação de competência: art. 2º, I, da Portaria-Seproc 2/2023)

(Publicado no DOU Edição nº 219 de 20/11/2023, Seção 3, p. 149)

EDITAL 1200/2023-TCU/SEPROC, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023

TC 002.513/2020-0 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADA FUNDACAO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO DA UESB - FADCT, CNPJ: 04.462.850/0001-62, na pessoa de seu representante legal, do Acórdão 3323/2023-TCU-Segunda Câmara, Rel. Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, Sessão de 9/5/2023, proferido no processo TC 002.513/2020-0, por meio do qual o Tribunal o condenou a recolher aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico, valores históricos atualizados monetariamente desde as respectivas datas de ocorrência, acrescidos dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 13/11/2023: R\$ 405.136,84; em solidariedade com a responsável Maria Clícia Céu dos Santos, CPF-817.974.358-68. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação.

Deverá ser comprovado, no mesmo prazo de quinze dias, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, mediante GRU, código 13901-7, da multa aplicada por este Tribunal, no valor de R\$ 25.000,00 (art. 57, da Lei 8.443/1992), a qual será atualizada desde a data do acórdão condenatório até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, “b”, 24 e 28, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, do Regimento Interno do TCU).

A emissão da Guia de Recolhimento da União-GRU e do demonstrativo de débito pode ser feita por meio do Portal TCU (www.tcu.gov.br), clicando na aba “Carta de Serviços” e, em seguida, no link “Emissão de GRU”.

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone “Conecta-TCU” do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, dos valores históricos do débito com as respectivas datas de ocorrência e dos cofres credores podem ser obtidas junto à Secretaria de Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail cacidadao@tcu.gov.br, ou pelos telefones 0800-644-2300, opção 2, ou (61) 3527-5234.

VIVIANE CRISTINE CAMPOS BALTAR DUARTE SOMOGYI
Chefe de Serviço

(Publicado no DOU Edição nº 219 de 20/11/2023, Seção 3, p. 149)

EDITAL 1216/2023-TCU/SEPROC, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2023

TC 002.513/2020-0 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADA Maria Clicia Ceu dos Santos, CPF: 817.974.358-68, representada pela Sra. Luciana Santos Silva, OAB: 17.640/BA, do Acórdão 3323/2023-TCU-Segunda Câmara, Rel. Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, Sessão de 9/5/2023, proferido no processo TC 002.513/2020-0, por meio do qual o Tribunal, julgou irregulares suas contas, condenando-a a recolher aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, valores históricos atualizados monetariamente desde as respectivas datas de ocorrência, acrescidos dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 17/11/2023: R\$ 401.710,17; em solidariedade com o responsável Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Uesb - FADCT, CNPJ-04.462.850/0001-62. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação.

Deverá ser comprovado, no mesmo prazo de quinze dias, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, mediante GRU, código 13901-7, da multa aplicada por este Tribunal, no valor de R\$ 25.000,00 (art. 57, da Lei 8.443/1992), a qual será atualizada desde a data do acórdão condenatório até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, "b", 24 e 28, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, do Regimento Interno do TCU).

A emissão da Guia de Recolhimento da União-GRU e do demonstrativo de débito pode ser feita por meio do Portal TCU (www.tcu.gov.br), clicando na aba "Carta de Serviços" e, em seguida, no link "Emissão de GRU".

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone "Conecta-TCU" do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Secretaria de Apoio à Gestão de Processos (Seproc) pelo e-mail cacidadao@tcu.gov.br, ou pelos telefones 0800-644-2300, opção 2, ou (61) 3527-5234.

VIVIANE CRISTINE CAMPOS BALTAR DUARTE SOMOGYI
Chefe de Serviço

(Publicado no DOU Edição nº 219 de 20/11/2023, Seção 3, p. 149)